

Linhares Brasil Energia Participações S.A.

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por
meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024

Ref.: Relatório nº 24BIS-021-PB



Índice

	Página
Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis	3
Anexo I – Patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024	5
Anexo II – Principais práticas contábeis	6

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Eneva S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Dados da firma de auditoria

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., sociedade estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 154, 4º andar, Flamengo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 10.830.108/0002-46, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC SP-025.583/F-2, representada pela sua sócia infra-assinado, Sra. Ana Cristina Linhares Areosa, profissional de contabilidade, portadora do RG nº 08.516.842-5, inscrita no CPF sob o nº 013.083.117-45 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC RJ-081.409/O-3, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela administração da Linhares Brasil Energia Participações S.A. (“Companhia”) para proceder à avaliação contábil do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, resumidas no Anexo II, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

O laudo de avaliação do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2024 da Linhares Brasil Energia Participações S.A. tem por objetivo a incorporação da Companhia na Eneva S.A., atendendo às exigências dos artigos 8 e 227 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2024, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Companhia de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo profissional da contabilidade e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 377.251.413,28 (trezentos e setenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e treze reais e vinte e oito centavos), conforme balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Linhares Brasil Energia Participações S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Independência de acesso às informações

Em atendimento às normas de auditoria, informamos que a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. não tem interesse direto ou indireto na Linhares Brasil Energia Participações S.A., bem como nas demais empresas sob controle comum, nem na operação representada pela reestruturação societária em andamento, assim como não existe qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesse. Informa, ainda, que a Linhares Brasil Energia Participações S.A., na figura de seus Administradores, não direcionou, limitou, dificultou ou praticou quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2


Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

Anexo I – Patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024

(Em reais)

O patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024 é de R\$ 377.251.413,28 (trezentos e setenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e treze reais e vinte e oito centavos). A composição do balanço patrimonial está assim demonstrada:

30/09/2024	
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	110.274,73
Tributos a recuperar	1.504,31
Total do ativo circulante	111.779,04
Não circulante	
Investimento	377.407.949,50
Total do ativo não circulante	377.407.949,50
Total do ativo	377.519.728,54

30/09/2024	
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	267.889,21
Tributos	426,05
Total do passivo circulante	268.315,26
Total do patrimônio líquido	377.251.413,28
Total do passivo	377.519.728,54

Anexo II – Principais práticas contábeis

1. Contexto operacional

A Linhares Brasil Energia Participações S.A. (a seguir denominada como “Companhia”) encontra-se na Rua Voluntários da Pátria, no 113, 5^º andar, Botafogo, cidade e estado do Rio de Janeiro. A Companhia uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Companhia foi constituída em 18 de agosto de 2008, tem como objeto social a atividade preponderante à gestão de participação em outras Companhias (Holding).

Como Holding, em seu controle acionário, ela possui a Linhares Geração S.A. (“Controlada”) que é uma Sociedade Anônima de capital fechado com sede na cidade de Linhares, no estado do Espírito Santo.

A atividade principal da “Controlada” é a geração de energia elétrica através da sua Usina Termelétrica Luiz Oscar Rodrigues de Melo (UTE LORM) que possui 28 motores com a capacidade instalada de 240MW. Para a venda de energia, foi firmado o Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CLEAR) com 30 distribuidoras de energia, cuja vigência é até 31 de dezembro de 2025 e o Contrato de Energia de Reserva (CER) no 445/21 com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com vigência até 10 de janeiro de 2026.

A “Controlada”, através do leilão, firmou o Contrato de Potência de Reserva de Capacidade (CRCAP) nº 5/21, com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que se destina ao atendimento à necessidade de potência requerida pelo Sistema Integrado Nacional (SIN), com vigência de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2041.

2. Apresentação do patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024

O balanço patrimonial, base para apresentação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024, foi elaborado e está sendo apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a Lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

2.1. Base de mensuração

O balanço patrimonial, base para apresentação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024, foi elaborado considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos ajustados e mensurados ao valor justo.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 está apresentado em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Investimento em controlada Linhares Brasil Energia Participações S.A. detém 100% das ações da Linhares Geração S.A.

O investimento na Companhia controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

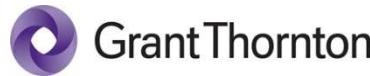
3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

4. Fiança

A Companhia é fiadora da controlada Linhares Geração S.A. no Contrato de Opção de Compra de Gás Natural liquefeito junto a Petrobrás Distribuidora S.A. e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, celebrado em 01/10/2010, onde se responsabiliza solidariamente pelos pagamentos relativos às verbas rescisórias do referido contrato se porventura ocorrerem eventos de inadimplemento imputados à controlada Linhares Geração S.A.

A fiança deverá vigorar até o término da vigência de todas as obrigações decorrentes desse contrato. O exercício de Opção de Compra de Gás Natural liquefeito junto a Petrobrás S.A. é válido até 31 de dezembro de 2025.



grantthornton.com.br

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. refere-se à marca sob a qual as firmas-membro da Grant Thornton fornecem serviços aos seus clientes. Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. é uma empresa membro da Grant Thornton International Ltd (GTIL). GTIL e as firmas-membro não são uma parceria mundial. GTIL e cada firma-membro é uma entidade jurídica independente e os trabalhos são prestados e entregues pelas firmas-membro. A GTIL não fornece serviços aos clientes diretamente. GTIL e suas firmas-membros não são agentes, não se obrigamumas às outras e não são responsáveis por atos ou omissões realizadas por outras firmas-membro. Consulte www.GrantThornton.global para obter mais detalhes.

Termelétrica Viana S.A.

**Laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil apurado por
meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024**

Ref.: Relatório nº 24BIS-023-PB



Índice

	Página
Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis	3
Anexo I – Patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024	5
Anexo II – Principais práticas contábeis	7

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Eneva S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Dados da firma de auditoria

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., sociedade estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 154, 4º andar, Flamengo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 10.830.108/0002-46, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC SP-025.583/F-2, representada pela sua sócia infra-assinado, Sra. Ana Cristina Linhares Areosa, profissional de contabilidade, portadora do RG nº 08.516.842-5, inscrita no CPF sob o nº 013.083.117-45 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC RJ-081.409/O-3, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela administração da Termelétrica Viana S.A. (“Companhia”) para proceder à avaliação contábil do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, resumidas no Anexo II, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

O laudo de avaliação do Patrimônio Líquido contábil em 30 de setembro de 2024 da Termelétrica Viana S.A. tem por objetivo a incorporação da Companhia na Eneva S.A, atendendo as exigências dos artigos 8 e 227 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2024, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Companhia de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo profissional da contabilidade e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 345.145.952,73 (trezentos e quarenta e cinco milhões, cento e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos), conforme balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Termelétrica Viana S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Independência de acesso às informações

Em atendimento às normas de auditoria, informamos que a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. não tem interesse direto ou indireto na Termelétrica Viana S.A., bem como nas demais empresas sob controle comum, nem na operação representada pela reestruturação societária em andamento, assim como não existe qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesse. Informa, ainda, que a Termelétrica Viana S.A., na figura de seus Administradores, não direcionou, limitou, dificultou ou praticou quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2


Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

Anexo I – Patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024 (Em reais)

O patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024 é de R\$ 345.145.952,73 (trezentos e quarenta e cinco milhões, cento e quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos). A composição do balanço patrimonial está assim demonstrada:

30/09/2024	
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	81.726.128,49
Clientes	85.930.981,75
Tributos a recuperar	6.479.095,84
Estoques	21.745.501,17
Serviços em curso	2.041.423,63
Despesas antecipadas	47.607.003,54
Instrumento financeiro derivativo	3.630.990,00
Outros créditos	1.968.449,25
Total do ativo circulante	251.129.573,67
 Ativo não circulante	
Tributos a recuperar	2.434.761,22
Despesas antecipadas	11.356.280,08
Instrumento financeiro derivativo	23.495.688,44
Imobilizado	365.107.796,23
Intangível	121.545,05
Total do ativo não circulante	402.516.071,02
Total do ativo	653.645.644,69

30/09/2024

Passivo circulante	
Fornecedores	26.794.605,43
Empréstimos	150.262.539,36
Obrigações setoriais	7.061.384,65
Tributos a recolher	22.461.503,23
Arrendamento mercantil	22.487,75
Outros passivos	8.550.693,97
Total do passivo circulante	215.153.214,39
Passivo não circulante	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	86.886.454,98
Obrigações vinculadas à concessão	4.704.980,20
Contingências	1.560.864,50
Arrendamento mercantil	194.177,89
Total do passivo não circulante	93.346.477,57
Total do patrimônio líquido	345.145.952,73
Total do passivo	653.645.644,69

Anexo II – Principais práticas contábeis

1. Contexto operacional

A Termelétrica Viana S.A. (a seguir denominada como "Companhia") encontra-se na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, 5º andar, Botafogo, cidade e estado do Rio de Janeiro. A Companhia é uma sociedade de capital fechado com sede na cidade no Rio de Janeiro, cujo objeto social é a geração e a comercialização de energia elétrica por meio da construção e exploração da Usina Termelétrica UTE Viana e da Usina Termelétrica Viana 1, situada no município de Viana, no Estado do Espírito Santo.

A UTE Viana compreende a vinte unidades geradoras de energia com potência instalada total de 174,6 MW e instalações de interligação associadas e opera com motores que utilizam como combustível o óleo de baixo teor de enxofre (OCB1).

A TEVISA sagrou vencedora do Leilão nº 002/2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e concretizou a venda de sua energia por meio de um "contrato de disponibilidade" assinado com 37 distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional que compraram no referido Leilão.

Em 2009 foi concluída a obra de construção da UTE Viana, entrou em operação comercial em 6 de janeiro de 2010.

Em outubro de 2021 a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão para o Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) nº 01/2021, promovido pela ANEEL, firmando Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 447/21 com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) para o fornecimento de energia e vigência entre 1º de maio de 2022 até 31 de dezembro de 2025 e para essa operação, a Companhia instalou a Ute Viana 1.

A UTE Viana 1 é composta por 4 unidades geradoras, totalizando 37,48MW de potência instalada, 36MW médios de garantia física de energia e que utilizam gás natural como combustível.

Cumpre destacar que, diferentemente do contrato principal da UTE Viana, o Procedimento Competitivo Simplificado (PSC) tem como tomador da energia o Ministério de Minas e Energia - MME.

O gás natural liquefeito utilizado na operação é fornecido pela Petrobras e recebido por meio do contrato assinado com a distribuidora de gás natural estadual, Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás). O consumo foi estimado em 200.000m³/dia.

Com estes dois contratos de fornecimento de energia e com a aquisição de novos motores, a Companhia teve um aumento de 21,46% na sua potência instalada, pois passou de 174,6 MW para os atuais 212 MW.

A operação comercial do UTE Viana 1 iniciou em 14 de julho de 2022.

Em 26 de setembro de 2023, através do Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva - CER nº 447/21 - refletiu nas disposições firmadas no Termo de Autocomposição celebrado entre a Termelétrica Viana S/A, a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Tribunal de Contas da União (TCU) no âmbito do Procedimento de Solução Consensual TC nº 006.252/2023-0, no qual deixou de ter a obrigação de entrega de energia associada à inflexibilidade contratual e passou a operar por disponibilidade do Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS).

A mudança contratual teve como o principal mecanismo a redução dos custos Contrato de Energia de Reserva (CER) e, consequentemente, o beneficiamento do consumidor final.

Com o aditivo do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) nº 447/21 houve a necessidade de renegociar o contrato de compra de gás natural liquefeito com a Petrobras, para a modalidade flexível, pois a contratação original previa a distribuição de 200.000M3 de gás diário. No rearranjo contratual, a Petrobras executou as cláusulas legais definidas no contrato, aplicando a compensação financeira no valor de R\$ 105.992, totalmente quitada em 31 de dezembro de 2023.

Com o regime de energia flexível, a Companhia mantém o seu comprometimento com o meio ambiente, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, pois, com a modalidade de inflexível o consumo de gás natural era de 200.000M3 diário. A Companhia dedica-se a desenvolver pesquisas acadêmicas para o beneficiamento dos seus motores com fontes renováveis, pois, o objetivo é preservar o gás natural que é limitado na natureza.

Os bens da Companhia não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em janeiro de 2043.

A Companhia usufrui de benefícios fiscais estaduais no Estado do Espírito Santo, conforme as seguintes especificações: diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado; redução de carga tributária efetiva nas aquisições internas de gás natural liquefeito e nas compras do óleo combustível (OCB1), conforme cláusula 3a do Termo de Acordo INVEST-ES 124/2008, I Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, II Termo Aditivo de Acordo INVEST-ES 124/2008, Termo de Acordo 047/2021 e I Termo Aditivo de Acordo 047/2021.

2. Apresentação do patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024

O balanço patrimonial, base para apresentação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024, foi elaborado e está sendo apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em consonância com a Lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

2.1. Base de mensuração

O balanço patrimonial, base para apresentação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024, foi elaborado considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos ajustados e mensurados ao valor justo.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 está apresentado em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social, perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros, provisão para contingências e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48 / IFRS9, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o ativo tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

iii) Mensurados ao custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iv) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

Passivos financeiros

v) Classificação e mensuração

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para assegurar suas exposições ao CDI, visto que as operações são mantidas e atualizadas pelo IPCA e, Hedge para a cobertura das variações do PLD versus o preço fixo do contrato de geração de energia do contrato CER no 447 (Contrato de Energia de Reserva) reajustado anualmente pelo IPCA.

3.3. Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (*impairment*). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda esperada, se necessária.

3.4. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

3.5. Imobilizado

Compreende o custo de construção da usina termelétrica: o terreno, as máquinas e equipamentos, os custos financeiros e custos gerais com a construção da planta.

O imobilizado da usina termelétrica é depreciado considerando a vida útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 35 anos para máquinas e equipamentos e edificações, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização pelo poder concedente, 10 anos para móveis e utensílios e 5 anos para os demais bens.

No contrato de arrendamento, tratado como mercantil operacional, a depreciação aplicada é de 5 anos, tempo definido no contrato de locação.

3.6. Intangível

Compreende os softwares e licenças para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de *impairment*.

3.8. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo).

Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.10. Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

3.11. Empréstimos

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

3.12. Debêntures

As debêntures emitidas foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”).

3.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social e sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

3.14. Arrendamentos

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo líquido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e, ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado, inicialmente, pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

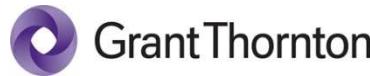
3.15. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da prestação de serviço de disponibilidade, geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência. A receita é reconhecida no resultado com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado) e do CER (Contrato de Energia de Reserva), os quais são reajustados pelo IPCA no mês de novembro de cada ano.

3.16. Provisão para contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na posição de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável: são constituídas provisões
- II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível: as informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.
- III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto: somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.



grantthornton.com.br

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. refere-se à marca sob a qual as firmas-membro da Grant Thornton fornecem serviços aos seus clientes. Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. é uma empresa membro da Grant Thornton International Ltd (GTIL). GTIL e as firmas-membro não são uma parceria mundial. GTIL e cada firma-membro é uma entidade jurídica independente e os trabalhos são prestados e entregues pelas firmas-membro. A GTIL não fornece serviços aos clientes diretamente. GTIL e suas firmas-membros não são agentes, não se obrigamumas às outras e não são responsáveis por atos ou omissões realizadas por outras firmas-membro. Consulte www.GrantThornton.global para obter mais detalhes.

Povoação Energia S.A.

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024

Ref.: Relatório nº 24BIB-022-PB



Índice

	Página
Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis	3
Anexo I – Patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024	5
Anexo II – Principais práticas contábeis	7

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Eneva S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Dados da firma de auditoria

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., sociedade estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 154, 4º andar, Flamengo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 10.830.108/0002-46, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC SP-025.583/F-2, representada pela sua sócia infra-assinado, Sra. Ana Cristina Linhares Areosa, profissional de contabilidade, portadora do RG nº 08.516.842-5, inscrita no CPF sob o nº 013.083.117-45 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC RJ-081.409/O-3, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela administração da Povoação Energia S.A. (“Companhia”) para proceder à avaliação contábil do patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, resumidas no Anexo II, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

O laudo de avaliação do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2024 da Povoação Energia S.A. tem por objetivo a incorporação do patrimônio líquido da Companhia para posterior aporte na Eneva S.A., atendendo às exigências dos artigos 8 e 227 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2024, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Companhia de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo profissional da contabilidade e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 589.484.445,14 (quinhentos e oitenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quatorze centavos), conforme balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Povoação Energia S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Independência de acesso às informações

Em atendimento às normas de auditoria, informamos que a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. não tem interesse direto ou indireto na Povoação Energia S.A., bem como nas demais empresas sob controle comum, nem na operação representada pela reestruturação societária em andamento, assim como não existe qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesse. Informa, ainda, que a Povoação Energia S.A., na figura de seus Administradores, não direcionou, limitou, dificultou ou praticou quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2


Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

Anexo I – Patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024

(Em reais)

O patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024 é de R\$ 589.484.445,14 (quinhentos e oitenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quatorze centavos). A composição do balanço patrimonial está assim demonstrada:

30/09/2024	
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	93.616.182,68
Clientes	104.239.189,58
Tributos a recuperar	3.303.799,26
Estoques	2.596.064,19
Despesas antecipadas	92.000.238,57
Instrumento financeiro derivativo	44.022.725,07
Outros créditos	2.173.281,68
Total do ativo circulante	341.951.481,03
 Ativo não circulante	
Despesas antecipadas	22.712.560,15
Instrumento financeiro derivativo	11.005.681,27
Tributos diferidos	1.556.696,33
Imobilizado	279.410.155,32
Intangível	29.415.808,22
Total do ativo não circulante	344.100.901,29
Total do ativo	686.052.382,32

30/09/2024

Passivo circulante	
Fornecedores	3.674.882,86
Empréstimos	1.061,93
Obrigações setoriais	8.298.490,34
Tributos a recolher	24.063.476,96
Outros passivos	4.804.174,05
Total do passivo circulante	40.842.086,14
Passivo não circulante	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	55.553.419,93
Outros passivos	172.431,11
Total do passivo não circulante	55.725.851,04
Total do patrimônio líquido	589.484.445,14
Total do passivo	686.052.382,32

Anexo II – Principais práticas contábeis

1. Contexto operacional

A Povoação Energia S.A. (a seguir denominada como “Companhia”) encontra-se na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, 5º andar, Botafogo, cidade e estado do Rio de Janeiro. A Companhia é uma sociedade de capital fechado com sede na cidade no Rio de Janeiro, cujo objeto social é a geração e a comercialização de energia elétrica por meio da construção e exploração da Usina Termelétrica UTE Viana e da Usina Termelétrica Viana 1, situada no município de Viana, no Estado do Espírito Santo.

A Companhia foi constituída em 18 de agosto de 2021 e através da Resolução autorizativa nº 10.875 de 05 de novembro de 2021 quando obteve a autorização de implantar e explorar a Central Geradora Termelétrica - UTE Povoação 1, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de Linhares, no estado do Espírito Santo.

Em outubro de 2021, a Povoação Energia S.A., sagrou-se vencedora do Leilão para Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) nº 1/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), firmando o Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 446/2021 com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para o fornecimento de energia e sendo o período de contrato de 1º de maio de 2022 até 31 de dezembro de 2025.

A termelétrica é composta de 8 unidades geradoras, totalizando 75 MW de potência instalada, e 72 MW médios de garantia física de energia, utilizando gás natural como combustível.

O gás utilizado na operação é fornecido pela Petrobras e recebido por meio do contrato assinado com a distribuidora de gás natural estadual, Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás), com consumo estimado de 400.000m³/dia.

A energia gerada pela UTE é distribuída por meio de linha de transmissão com 57 km de extensão, em 138 kV, para a interligação da UTE Povoação 1 à SE (subestação) da EDP Espírito Santo Distribuidora de Energia S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

A operação e manutenção da Usina é realizada pela Linhares Geração S.A., conforme contratos de Manutenção e Operação (O&M) e de Compartilhamento das Instalações (CCI).

O Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) iniciou as atividades operacionais em 23 de julho de 2022.

Em 26 de setembro de 2023, através do Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva - CER nº 446/21, refletiu as disposições firmadas no Termo de Autocomposição celebrado entre a Povoação Energia S.A., a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o Tribunal de Contas da União - TCU, no âmbito do Procedimento de Solução Consensual, TC nº 006.252/2023-0, no qual deixou de ter a obrigação de entrega de energia associada à inflexibilidade contratual e passou a operar por disponibilidade do Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS).

A mudança contratual teve como o principal mecanismo a redução dos custos do Contrato de Energia de Reserva (CER) e, consequentemente, o beneficiamento do consumidor final.

Com o aditivo do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) nº 446/21, houve a necessidade de renegociar o contrato de compra de gás natural liquefeito com a Petrobras para a modalidade flexível, pois a contratação original previa a distribuição de 400.000 m³ de gás diário. No rearranjo contratual, a Petrobras executou as cláusulas legais definidas no contrato, aplicando a compensação financeira no valor de R\$ 211.984, totalmente quitada em 31 de dezembro de 2023.

Com o regime de energia flexível, a Companhia mantém o seu comprometimento com o meio ambiente, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera pois a modalidade de inflexível o consumo de gás natural liquefeito era de 400.000 m³/diário. A Companhia dedica-se a desenvolver pesquisas acadêmicas para o beneficiamento dos seus motores com fontes renováveis, pois o objetivo é preservar o gás natural liquefeito que é limitado na natureza.

Os bens da Companhia não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que será encerrado em novembro de 2056.

A Companhia usufrui de benefícios fiscais estaduais no Estado do Espírito Santo, conforme as seguintes especificações: diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado; redução de carga tributária efetiva nas aquisições internas de gás natural liquefeito, conforme cláusula 3^a do Termo de Acordo INVEST-ES 046/2021. No âmbito federal, a Companhia é titular de empreendimentos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ao qual suas atividades pertencem aos setores de economia considerados como prioritários para o desenvolvimento regional, a Companhia usufrui do incentivo de redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica IRPJ e adicionais não restituíveis, na modalidade de implantação, que promove a fruição do benefício fiscal por 10 anos.

2. Apresentação do patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024

O balanço patrimonial, base para apresentação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024, foi elaborado e está sendo apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a Lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

2.1. Base de mensuração

O balanço patrimonial, base para apresentação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024, foi elaborado considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos ajustados e mensurados ao valor justo.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 está apresentado em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social, perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros, provisão para contingências e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48/IFRS 9, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o ativo tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(iii) Mensurados ao custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(iv) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“impairment”).

Passivos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para assegurar suas exposições ao CDI, visto que as operações são mantidas e atualizadas pelo IPCA e, Hedge para a cobertura das variações do PLD versus o preço fixo do contrato de geração de energia do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) reajustado anualmente pelo IPCA.

3.3. Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (impairment). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda esperada, se necessária.

3.4. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

3.5. Imobilizado

Compreendem o custo de construção da usina termelétrica, o terreno, as máquinas e os equipamentos, os custos financeiros e os custos gerais com a construção da planta.

O imobilizado da usina termelétrica é depreciado considerando a vida útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 35 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente, 10 anos para móveis e utensílios e 5 anos para os demais bens.

O contrato de arrendamento, tratado como mercantil operacional, a depreciação aplicada é de 5 anos, tempo definido no contrato de locação.

3.6. Intangível

Compreende os gastos incorridos com software para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano e do ativo regulatório que registra a prorrogação do contrato pelo Despacho ANEEL nº 1.873/2022 referente a 10 dias de faturamento a ser recebido no final do contrato firmado no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS).

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de impairment.

3.8. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.10. Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

3.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social e sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, provê a Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração, iniciando em 2023 e finalizando em 2032.

3.12. Arrendamento

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo líquido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.13. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor da prestação de serviço de geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizadas pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado com base nos valores estabelecidos no CER (Contrato de Energia Reserva) o qual é reajustada pelo IPCA em novembro de cada ano.

3.14. Provisão para contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável: são constituídas provisões

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível: as informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto: somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.



grantthornton.com.br

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. refere-se à marca sob a qual as firmas-membro da Grant Thornton fornecem serviços aos seus clientes. Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. é uma empresa membro da Grant Thornton International Ltd (GTIL). GTIL e as firmas-membro não são uma parceria mundial. GTIL e cada firma-membro é uma entidade jurídica independente e os trabalhos são prestados e entregues pelas firmas-membro. A GTIL não fornece serviços aos clientes diretamente. GTIL e suas firmas-membros não são agentes, não se obrigamumas às outras e não são responsáveis por atos ou omissões realizadas por outras firmas-membro. Consulte www.GrantThornton.global para obter mais detalhes.

CL RJ 017 Empreendimentos e Participações S.A.

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por
meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024

Ref.: Relatório nº 24C46-036-PB



Índice

	Página
Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis	3
Anexo I – Patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024	5
Anexo II – Principais práticas contábeis	6

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Eneva S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Dados da firma de auditoria

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., sociedade estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 154, 4º andar, Flamengo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 10.830.108/0002-46, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC SP-025.583/F-2, representada pela sua sócia infra-assinado, Sra. Ana Cristina Linhares Areosa, profissional de contabilidade, portadora do RG nº 08.516.842-5, inscrita no CPF sob o nº 013.083.117-45 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC RJ-081.409/O-3, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela administração da CL RJ 017 Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) para proceder à avaliação contábil do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, resumidas no Anexo II, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

O laudo de avaliação do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2024 da CL RJ 017 Empreendimentos e Participações S.A. tem por objetivo a incorporação da Companhia na Eneva S.A., atendendo às exigências dos artigos 8 e 227 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2024, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Companhia de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo profissional da contabilidade e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 10,00 (dez reais), conforme balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da CL RJ 017 Empreendimentos e Participações S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Independência de acesso às informações

Em atendimento às normas de auditoria, informamos que a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. não tem interesse direto ou indireto na CL RJ 017 Empreendimentos e Participações S.A., bem como nas demais empresas sob controle comum, nem na operação representada pela reestruturação societária em andamento, assim como não existe qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesse. Informa, ainda, que a CL RJ 017 Empreendimentos e Participações S.A., na figura de seus Administradores, não direcionou, limitou, dificultou ou praticou quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2


Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

Anexo I – Patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024 (Em reais)

O patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024 é de R\$ 10,00 (dez reais). A composição do balanço patrimonial está assim demonstrada:

30/09/2024	
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	10,00
Total do ativo circulante	10,00
Total do ativo	10,00
30/09/2024	
Passivo	
Total do patrimônio líquido	10,00
Total do passivo	10,00

Anexo II – Principais práticas contábeis

1. Contexto operacional

A CL RJ 017 Empreendimentos e Participações S.A. (a seguir denominada como “Companhia”) encontra-se na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, 5º andar, Botafogo, cidade e estado do Rio de Janeiro.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de janeiro de 2022, tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”).

2. Apresentação do patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024

O balanço patrimonial, base para apresentação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024, foi elaborado e está sendo apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a Lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

2.1. Base de mensuração

O balanço patrimonial, base para apresentação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024, foi elaborado considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos ajustados e mensurados ao valor justo.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 está apresentado em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.



grantthornton.com.br

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. refere-se à marca sob a qual as firmas-membro da Grant Thornton fornecem serviços aos seus clientes. Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. é uma empresa membro da Grant Thornton International Ltd (GTIL). GTIL e as firmas-membro não são uma parceria mundial. GTIL e cada firma-membro é uma entidade jurídica independente e os trabalhos são prestados e entregues pelas firmas-membro. A GTIL não fornece serviços aos clientes diretamente. GTIL e suas firmas-membros não são agentes, não se obrigamumas às outras e não são responsáveis por atos ou omissões realizadas por outras firmas-membro. Consulte www.GrantThornton.global para obter mais detalhes.

Linhares Geração S.A.

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024

Ref.: Relatório nº 24BIJ-020-PB



Índice

	Página
Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis	3
Anexo I – Patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024	5
Anexo II – Principais práticas contábeis	7

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Praia do Flamengo, 154 - 4^o andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Eneva S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Dados da firma de auditoria

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., sociedade estabelecida na cidade do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, 154, 4^o andar, Flamengo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 10.830.108/0002-46, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC SP-025.583/F-2, representada pela sua sócia infra-assinado, Sra. Ana Cristina Linhares Areosa, profissional de contabilidade, portadora do RG nº 08.516.842-5, inscrita no CPF sob o nº 013.083.117-45 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro sob o nº CRC RJ-081.409/O-3, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela administração da Linhares Geração S.A. (“Companhia”) para proceder à avaliação contábil do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, resumidas no Anexo II, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

O laudo de avaliação do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2024 da Linhares Geração S.A. tem por objetivo a incorporação da Companhia na Eneva S.A., atendendo às exigências dos artigos 8 e 227 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no Anexo II do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2024, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Companhia de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo profissional da contabilidade e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ 377.407.284,37 (trezentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos), conforme balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Linhares Geração S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Independência de acesso às informações

Em atendimento às normas de auditoria, informamos que a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. não tem interesse direto ou indireto na Linhares Geração S.A., bem como nas demais empresas sob controle comum, nem na operação representada pela reestruturação societária em andamento, assim como não existe qualquer outra circunstância relevante que possa caracterizar conflito de interesse. Informa, ainda, que a Linhares Geração S.A., na figura de seus Administradores, não direcionou, limitou, dificultou ou praticou quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2


Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

Anexo I – Patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024

(Em reais)

O patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024 é de R\$ 377.407.284,37 (trezentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos). A composição do balanço patrimonial está assim demonstrada:

		30/09/2024
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		113.404.079,97
Clientes		68.338.033,24
Tributos a recuperar		8.332.439,81
Estoques		16.156.220,65
Serviços em curso		1.545.764,00
Despesas antecipadas		50.354.094,57
Instrumento financeiro derivativo		20.527.023,60
Outros créditos		1.586.808,86
Total do ativo circulante		280.244.464,70
Ativo não circulante		
Tributos a recuperar		3.639.599,03
Despesas antecipadas		11.356.280,08
Instrumento financeiro derivativo		5.824.607,60
Imobilizado		443.076.267,98
Intangível		23.785.401,35
Total do ativo não circulante		487.682.156,04
Total do ativo		767.926.620,74

30/09/2024

Passivo circulante	
Fornecedores	10.325.676,71
Debêntures	227.392.190,22
Empréstimos	17.274.723,38
Obrigações setoriais	5.640.756,25
Tributos a recolher	12.419.330,85
Outros passivos	10.915.789,67
Total do passivo circulante	283.968.467,08
Passivo não circulante	
Empréstimos	4.775.286,44
Imposto de renda e contribuição social diferidos	92.879.702,41
Obrigações vinculadas à concessão	2.298.397,96
Contingências	6.479.744,46
Outros passivos	117.738,02
Total do passivo não circulante	106.550.869,29
Total do patrimônio líquido	377.407.284,37
Total do passivo	767.926.620,74

Anexo II – Principais práticas contábeis

1. Contexto operacional

A Linhaires Geração S.A. (a seguir denominada como “Companhia”) encontra-se na Rua Voluntários da Pátria, no 113, 5º andar, Botafogo, cidade e estado do Rio de Janeiro. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Linhaires, estado do Espírito Santo.

A Companhia foi constituída em 24 de outubro de 2008, com o propósito de implantar a Unidade da Usina Termelétrica Luiz Oscar Rodrigues de Melo (UTE LORM), no município de Linhaires, que compreende a manutenção e operação da usina termelétrica movida a gás natural liquefeito, inicialmente com a capacidade instalada de 204 MW. A Companhia obteve a licença de operação em 13 de dezembro de 2010 e o fornecimento de energia elétrica, para o Sistema Interligado Nacional (SIN), iniciou em janeiro de 2011.

Em 4 de março de 2009, a Portaria MME nº 103 autorizou a Companhia a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica.

A Companhia possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), por disponibilidade, firmados com 30 distribuidoras de energia para o período de dezembro de 2011 a dezembro de 2025 referente à planta principal.

Em outubro de 2021, a Companhia sagrou-se vencedora no Leilão para Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) no 01/2021, promovido pela ANEEL, firmando Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 445/21 com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), para o fornecimento de energia e vigência entre 1º de maio de 2022 até 10 de janeiro de 2026, com receita anual reajustada no mês de novembro de cada ano, pelo IPCA acumulado e LTM de outubro. Sendo que, para atendimento a esse contrato, a Companhia ampliou a termelétrica com a aquisição de mais 4 motores a gás natural liquefeito, totalizando uma potência vendida de 34,5 MW. O Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) iniciou as operações em 20 de julho de 2022 e tem como tomador da energia o Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada total ao final da construção da ampliação passou de 204 MW para 240 MW, com o crescimento de 18% na potência instalada.

O gás natural liquefeito utilizado na operação é fornecido pela Petrobras e recebido por meio do contrato assinado com a distribuidora de gás natural estadual, Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás). O consumo é estimado em 200.000m³/dia.

Em 26 de setembro de 2023, através do Termo Aditivo ao Contrato de Energia Elétrica de Reserva (CER) no 445/21, refletiu nas disposições firmadas no Termo de Autocomposição celebrado entre a Linhaires Geração S/A, a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Tribunal de Contas da União (TCU) no âmbito do Procedimento de Solução Consensual TC no 006.252/2023-0, no qual deixou de ter a obrigação de entrega de energia associada à inflexibilidade contratual e passou a operar por disponibilidade do Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS).

A mudança contratual teve como principal mecanismo a redução dos custos do Contrato de Energia de Reserva (CER) e, consequentemente, o beneficiamento do consumidor final.

Com o aditivo do contrato de Energia Elétrica de Reserva (CER) nº 445/21, houve a necessidade de renegociar o contrato de compra de gás natural liquefeito com a Petrobras para a modalidade flexível, pois a contratação original previa a distribuição de 200.000M3 de gás diário. No rearranjo contratual, a Petrobras executou as cláusulas legais definidas no contrato aplicando a compensação financeira no valor de R\$ 105.992, totalmente quitada em 31 de dezembro de 2023.

Com o regime de energia flexível, a Companhia mantém o seu comprometimento com o meio ambiente, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, pois com a modalidade inflexível o consumo de gás natural era de 200.000 M3/diário. A Companhia dedica-se a desenvolver pesquisas acadêmicas para o beneficiamento dos seus motores com fontes renováveis, pois o objetivo é preservar o gás natural que é limitado na natureza.

Companhia sagrou-se vencedora do Leilão para o Contrato de Potência de Reserva de Capacidade nº 5/21 (CRCAP). O contrato foi assinado em maio de 2022, com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que se destina ao atendimento à necessidade de potência requerida pelo Sistema Integrado Nacional (SIN), com o objetivo de garantir a continuidade do fornecimento de energia, com vigência de 1º de julho de 2026 até 30 de junho de 2041. A receita fixa será reajustada anualmente pelo IPCA, tendo como referência o mês de janeiro, respeitando o prazo mínimo de doze meses contados a partir do primeiro dia do mês de julho de 2021. O Contrato CRCAP será atendido pelos 24 motores, na potência total de 204 MW.

Os bens da Companhia não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que será encerrado em dezembro de 2043.

A Companhia usufrui de benefícios fiscais estaduais no Estado do Espírito Santo, conforme as seguintes especificações: diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado; redução de carga tributária efetiva nas aquisições internas de gás natural, conforme cláusula 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 152/2009, II Termo Aditivo do Acordo e III Termos Aditivo do Acordo. No âmbito federal, a Companhia é titular de empreendimentos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ao qual suas atividades pertencem aos setores de economia considerados como prioritários para o desenvolvimento regional, a Companhia usufrui do incentivo de redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica IRPJ e adicionais não restituíveis, na modalidade de modernização, que promove a fruição do benefício fiscal por 10 anos.

2. Apresentação do patrimônio líquido apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024

O balanço patrimonial, base para apresentação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024, foi elaborado e está sendo apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a Lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

2.1. Base de mensuração

O balanço patrimonial, base para apresentação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis em 30 de setembro de 2024, foi elaborado considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos ajustados e mensurados ao valor justo.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 está apresentado em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social, perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros, provisão para contingências e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2. Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros

i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48 / IFRS9, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

iii) Mensurados ao custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalente de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iv) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

Passivos financeiros

i) Classificação e mensuração

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para assegurar suas exposições ao CDI, visto que as operações são mantidas e atualizadas pelo IPCA e, Hedge para a cobertura das variações do PLD versus o preço fixo do contrato de geração de energia do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) reajustado anualmente pelo IPCA.

3.3. Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e comercialização de energia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD (*impairment*). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda esperada, se necessária.

3.4. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

3.5. Imobilizado

Compreende o custo de construção da usina termelétrica: o terreno, as máquinas e equipamentos, os custos financeiros e custos gerais com a construção da planta.

O imobilizado da usina termelétrica é depreciado considerando a vida útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 35 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente, 10 anos para móveis e utensílios e 5 anos para os demais bens.

Para o contrato de arrendamento tratado como mercantil operacional, a depreciação aplicada é de 5 anos, tempo definido no contrato de locação.

3.6. Intangível

Compreende os gastos incorridos com indenizações pagas pela Companhia pelo direito de uso de passagem de linha de transmissão (serviços), conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015 e software para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano e o ativo regulatório que registra a prorrogação do contrato pelo Despacho ANEEL 1.874/2022, referente a 10 dias de faturamento a ser recebido no final do contrato firmado no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS).

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de *impairment*.

3.8. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.10. Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

3.11. Empréstimos

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

3.12. Debêntures

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de captação, que representam seu valor justo no reconhecimento inicial. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”).

3.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, provê a Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração.

3.14. Arrendamentos

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo líquido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.15. Reconhecimento de receita

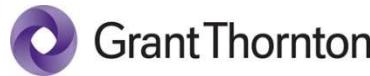
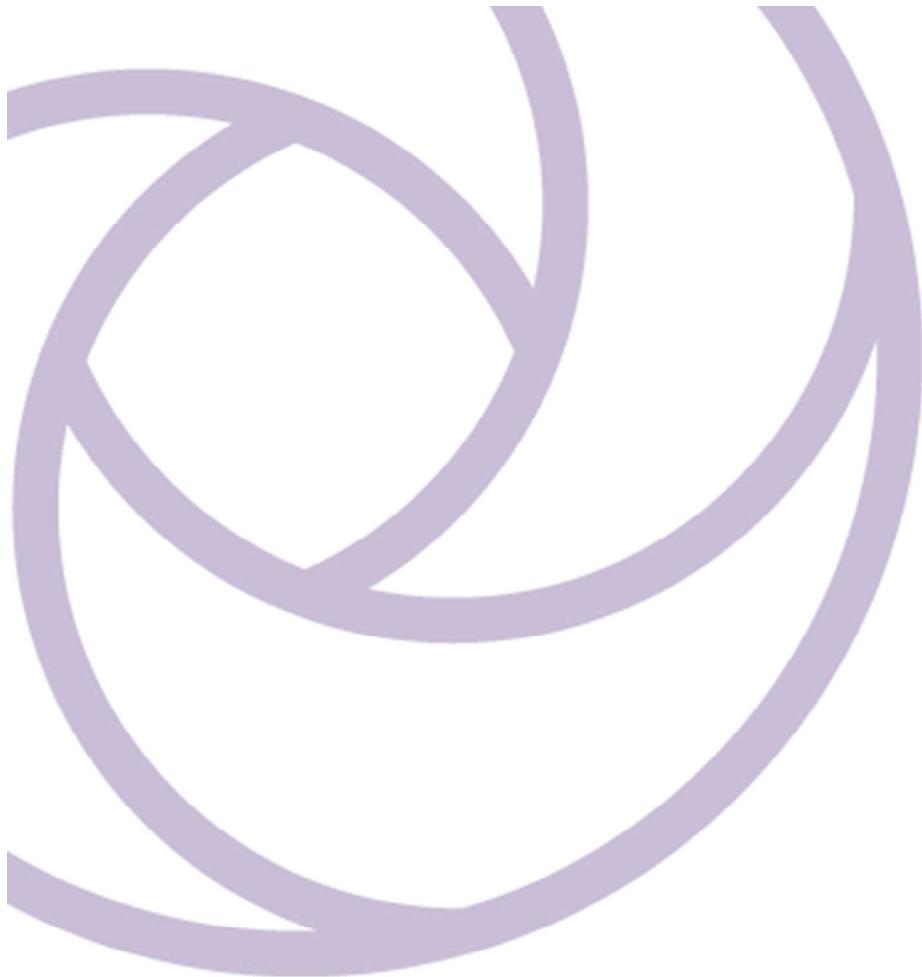
A receita compreende o valor da prestação de serviço de disponibilidade e geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado) e no CER (Contrato de Energia de Reserva), os quais são reajustados pelo IPCA em novembro de cada ano.

3.16. Provisão para contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na posição de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável: são constituídas provisões
- II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível: as informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.
- III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto: somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.



grantthornton.com.br

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. refere-se à marca sob a qual as firmas-membro da Grant Thornton fornecem serviços aos seus clientes. Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. é uma empresa membro da Grant Thornton International Ltd (GTIL). GTIL e as firmas-membro não são uma parceria mundial. GTIL e cada firma-membro é uma entidade jurídica independente e os trabalhos são prestados e entregues pelas firmas-membro. A GTIL não fornece serviços aos clientes diretamente. GTIL e suas firmas-membros não são agentes, não se obrigamumas às outras e não são responsáveis por atos ou omissões realizadas por outras firmas-membro. Consulte www.GrantThornton.global para obter mais detalhes.